

## **FORMAÇÃO DO *ETHOS* DO TRABALHADOR EM SÃO PAULO: UM HISTÓRICO DO CONTROLE IDEOLÓGICO DA ELITE SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

André Henriques Fernandes Oliveira  
Darlan Marcelo Delgado

### **RESUMO**

Neste artigo, é realizada uma análise da qualidade educacional profissionalizante no estado de São Paulo a partir de um levantamento histórico. Para este trabalho, foi feita uma revisão bibliográfica da história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), intercruzando com reflexões feitas a partir de alguns textos literários. Apesar de ressaltado muitas vezes o caráter assistencialista aos desvalidos, a Educação Profissional e Tecnológica cumpriu importante papel no controle ideológico da massa trabalhadora. Por isso, qualidade educacional não foi pensada apenas como um conjunto de habilidades e conhecimentos desenvolvidos pelos estudantes, mas como um *ethos* e um conjunto de valores eleitos pela elite para delinear o caráter do trabalhador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Profissional e Tecnológica, Qualidade Educacional, História da EPT.

### **TÍTULO EM INGLÊS**

### **ABSTRACT**

In this article, an analysis of the professional educational quality in the state of São Paulo is performed from a historical survey. For this work, a bibliographical review of the history of Vocational and Technological Education was made, intersecting with reflections made from some literary texts. Despite often emphasizing the welfare character of the underprivileged, Vocational and Technological Education played an important role in the ideological control of the working mass. Therefore, educational quality was not only thought of as a set of skills and knowledge developed by students, but as an *ethos* and set of values elected by the elite to delineate the character of the worker.

**KEYWORDS:** Vocational and Technological Education, Educational Quality, History of Vocational and Technological Education.

## INTRODUÇÃO

Quando se debate educação, uma questão sempre levantada, seja direta ou indiretamente, é a da qualidade. Contudo, esse não é um conceito definido com precisão e clareza. No Brasil, frequentemente, seguindo uma tradição positivista ainda muito forte, as avaliações, sobretudo na educação básica, mas também na educação superior, são a métrica mais utilizada para afirmar a qualidade de uma escola. Por vezes, justifica a busca de um sistema de ensino em relação a outro para muitos pais (no caso de educação básica) e para alunos do ensino superior.

A escola ministra os conhecimentos teóricos e práticos aos estudantes, mas, nem sempre, sem dar a dimensão reflexiva das implicações daqueles na vida cotidiana da sociedade. O aprendizado tem como enfoque a execução de avaliações, sem o empoderamento estudantil para pensar sobre sua própria realidade (HABERMAS, 2011).

Transpondo isso para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), esse efeito é ainda mais sentido. Desde a primeira lei sobre o tema, para além do assistencialismo (CUNHA, 2000 e 2005; DELGADO, 2018; MORAES, 1996), o que estava explícito era o controle social que essas políticas educacionais deveriam exercer. A educação propiciada deveria atender os desvalidos, ao lumpem-proletariado, aos vadios de toda sorte e daí a interpretação de uma política meramente assistencial, mas é preciso atentar que, para tal, a educação ministrada deveria ser moralizante e realizadora de um ajustamento do indivíduo à sociedade.

Assim sendo, neste trabalho, o histórico das políticas da EPT são analisados pelo viés de que a qualidade de ensino pretendido tem como objetivo o controle ideológico do trabalhador, formando um *ethos* desejado pela elite econômica do país, sobretudo a paulista. Para tal análise, foi utilizada a revisão bibliográfica de pesquisadores como Luis Antônio Cunha e Carmen Sylvia Vidigal Moraes. Ainda, a análise se entrecorta com textos da literatura, a fim de se interpretar o espírito sobretudo do fim do século XIX e início do século XX. Carlos Drummond de Andrade costumava dizer que as crônicas seriam de grande ajuda aos historiadores, pois elas podem tocar em assuntos sensíveis que os documentos oficiais (memorandos, ofícios, relatórios, leis, etc.) não podem se pronunciar<sup>1</sup>. É possível dizer que todo material literário pode ter essa propriedade.

## UM TEXTO POUCO PENSADO COMO UM RETRATO DE ELITE NACIONAL

Uma das obras mais conhecidas por estudantes de Ensino Médio, principalmente aqueles que almejam a entrada em universidade pela via do vestibular é *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Nesse romance de tese naturalista, muitos se alongam na análise sobre a relação adúltera entre Jerônimo, o bom português corrompido pelo calor do sul do globo, e Rita Baiana, a mestiça envolvente por quem aquele cai perdidamente apaixonado (como em boa parte faz o filme de 1978 de mesmo nome, que faz uma adaptação da obra), ou se debate ardentemente sobre Pombinha, uma menina com educação refinada que acaba optando pela prostituição, apesar de conseguir um casamento vantajoso financeiramente.

---

<sup>1</sup> Programa Literatura da TV Cultura sobre Carlos Drummond de Andrade. Disponível em: <https://youtu.be/kMZH0LdfLVo?t=1088>. Acessado em: 03 ago. 2019.

Porém, pouco se comenta nesse texto que há um retrato do Brasil urbano e suas classes. O personagem principal do romance, um português expatriado chamado João Romão, é bastante caricato: escravocrata, de poucas letras, mentiroso, assassino e ladrão. Na história de Azevedo, o protagonista passa por diversos apuros com um velho rico português, que ganhou muito dinheiro no Brasil sem construir nada por aqui, voltando a Portugal. Como não é possível levar seus bens imóveis, em gesto de falsa nobreza, deixa-os a Romão, que é dono de uma disciplina ascética radical.

Romão, é dono de uma porção de terra, mas que logo dá jeito de expandir, na grilagem. Também, vai mentir a uma escrava para se associar e roubar dela sua força de trabalho e o dinheiro que essa juntou para alforriar-se. Depois, constrói um cortiço roubando materiais de outras construções e as pessoas que lá moram, além de aluguel, também ficam sob seu domínio no consumo de bens e serviços, pois ele mantém um armazém, no qual vende uma série de produtos adulterados. Ainda, ele possui domínio dos meios de produção: faz concessão para que lavadeiras utilizem suas tinas para lavar roupas a fregueses, explora a pedreira no fundo do terreno com a mão de obra de moradores de lá também.

Mesmo quando precisa contratar uma mão de obra adicional, no caso Jerônimo, que possuía o conhecimento de explorar o local e o de explorar a própria mão de obra, Romão sabe que o dinheiro que pagava a seu funcionário mais competente retornaria em aluguel e consumo de produtos que ele mesmo vendia.

O dono do cortiço só aceita pagar caro por esse trabalhador, pois tinha a aposta de alto retorno financeiro também com a atividade extrativista. E daí há uma outra relação também importante na estrutura social brasileira: elite e classe média. João Romão era descortês demais com todos os outros trabalhadores: ameaçava, xingava, era violento. Já com Jerônimo era diferente: era extremamente elegante e cauteloso.

A elite em qualquer país é muito pequena e, no Brasil e em São Paulo, isso não é diferente. Para dominar, ela usa a classe média como interventora, pois essa possui capital cultural, intelectual. Se for tratada mal, ela se voltaria contra a elite e poderia advogar a favor dos mais pobres. Contudo, como recebe mimos, como possui privilégios junto ao topo social, faz o jogo da elite (SOUZA, 2017). Azevedo, até por ser um homem de sua época, faz um retrato crítico à elite, mas não aponta um caminho de redenção nacional para a população subjugada, pois, embebido do determinismo de Taine, entende que no Brasil, pela mistura étnica e pelo clima, não é possível uma sociedade melhor.

Ainda e fazendo uma relação com a EPT, é importante olhar também para Jerônimo e sua função. Acrescentando ao que historiadores da área vão apontar, sobretudo Cunha (2000), não é apenas governo federal simplesmente que se fazia presente em cada canto do Brasil abrindo escolas profissionalizantes nas capitais de diversos estados, menos assistidos pelo processo de industrialização, mas a própria ideologia da elite nacional. Dentro desse espectro, mais do que ofertar um ensino profissionalizante estava a ideia de manutenção da ordem via Estado e não por ele. Quando as leis se inclinam sua atenção aos desvalidos de sorte, órfãos, mais do que dar uma oportunidade de instrução, está a possibilidade de fazer uma educação moral desses indivíduos.

Analisando que o livro é contemporâneo à implantação das primeiras legislações sobre EPT, pode-se comparar a própria função de Jerônimo com a das primeiras experiências nessa área, ainda mais em São Paulo e no Rio de Janeiro. As primeiras unidades de ensino profissionalizante eram oficinas-escolas (CUNHA, 2000) em que os aprendizes eram ensinados por trabalhadores na lida diária, com processos que resultam produtos para o mercado consumidor. O português contratado por Romão tinha esse propósito: ensinar os demais as técnicas para a extração das pedras e, também, por ensinar o *ethos* profissional aos demais trabalhadores, inclusivamente analisando o que serviria ou não para aquela atividade.

## **A ABOLIÇÃO NÃO ACONTECEU**

Apesar de estar no papel assinado pela Princesa Isabel, no dia 13 de maio de 1888, o fim da escravidão ainda não aconteceu completamente no Brasil. O país foi o que teve o maior período desse regime cruel de trabalho no mundo todo, mas de três séculos: de meados do século XVI até o fim do século XIX. Essa história não se supera por meio de uma canetada.

Pode-se afirmar que a escravidão no Brasil não acabou por diversos motivos. Um dos motivos está no fato, apesar que isso não é uma exclusividade no Brasil, do completo desprezo pelas atividades que exigem esforço físico. Quase todos os trabalhos pesados realizados no país nessa época eram destinados a escravos africanos, afro-brasileiros e índios. Apenas brancos paupérrimos se submetiam àquilo que era entendido como uma completa humilhação. Esse traço não se apagou em nossa sociedade, principalmente nos trabalhos domésticos.

A elite e classe média pagam salários baixos por jornadas por vezes longas a pessoas pobres para que essas realizem suas atividades, domésticas, como limpar a casa, lavar roupa, passá-la, cuidar de filhos, etc. Aqui, cabe voltar a *O Cortiço*, pois é isso o que faz Romão com Bertoleza: rouba seu tempo, seu dinheiro e quando ele não a serve mais a devolve para seu dono e ela acaba se matando para não continuar a ser escravizada. O tempo de vida desses trabalhadores é subvalorizado, pois esse tempo em que não é gasto com essas atividades as classes mais altas usam para aumentar seu capital financeiro ou intelectual/cultural num valor muito acima do que aquele que desembolsam na remuneração de seus empregados (SOUZA, 2017).

Outro aspecto que reforça a ideia de que a escravidão ainda persiste está no fato de narrativas como o negro tendo uma cultura ligada à alegria, ao corpo, à dança, ao esporte. Em boa medida, é o que Freyre (2006) afirma em sua obra. Desse ponto de vista, a contribuição do povo africano traficada para o Brasil é apenas física novamente, do trabalho corporal. Isso faz com que não se leve em consideração contribuições da cultura africana nos processos produtivos do país.

Parte da tecnologia dos engenhos de cana-de-açúcar vem dos africanos que para cá foram trazidos escravizados (MAESTRI FILHO, 1984). Adaptações da engenharia portuguesa também foram feitas pelos escravos, pois muitos vinham de civilizações que tinham agricultura.

Sendo assim, quando há uma educação pensada exclusivamente para os pobres, alforriados, quando esses são adjetivados de desvalidos de sorte, não se pode pensar que se parte

simplesmente de um pressuposto de que esses são sujeitos vazios, mas que eles podem utilizar seus conhecimentos e laços culturais para ter ideias que não são desejadas pela elite e, por isso, precisam receber uma outra educação que crie um ajuste moral e social (CUNHA, 2000 e 2005; MORAES, 1996). Havia muita cultura tácita nos engenhos e essa poderia ser pensada e pesquisada. Ao contrário, fez-se silenciar qualquer ideia sobre isso, parecendo que os escravos eram bárbaros, ingênuos.

## **O MOMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DAS NARRATIVAS NO BRASIL**

O já citado Freyre (2006) escreve seu clássico *Casa-Grande e Senzala* em meio a inúmeros autores que pretendem interpretar o Brasil. Muitos intérpretes não são lembrados, como Paulo Prado e seu *Retrato do Brasil* (2012), em que faz uma análise quase que pelo avesso da primeira obra citada, dizendo da tristeza do brasileiro frente as mazelas de sua formação, pondo inclusive em xeque a própria possibilidade de sentimento nacional.

Também, nesse início de século XX, três autores caros à literatura compõem obras e estudos que tentam realizar a hermenêutica sobre a construção do Brasil: Lima Barreto, Euclides da Cunha, e Monteiro Lobato. As obras as quais vou me referir são respectivamente a cada autor: *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (2018), *Os Sertões* (2000) e *Urupês* (2010). As três apresentam perspectivas diferentes sobre o país e compõem o caldo cultural do qual acabam saindo as principais linhas de interpretação da história desse país, inclusivamente com reflexos importantes na EPT.

Em dois autores, há a denúncia que de existe no Brasil uma elite vil: Lima Barreto e Euclides da Cunha. Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (2018), apesar de grandes esforços do protagonista em ser um cidadão que desenvolve técnicas para servir a seu país, esse acaba percebendo que suas ideias jamais servem ao povo, pois sempre há um figurão, alguém da elite ou associada a ela que usurpa de seus intentos. Nessa obra, é possível pensar que a saída está em dar mais espaço ao povo, pois há um potencial enorme na população, em criar, em trabalhar, em construir a nação, mas isso não acontece, pois a elite não permite.

Já em *Os Sertões* (2000), Euclides dá seu ponto de vista sobre a campanha de Canudos. É importante lembrar que o exército só o chamou para fazer a cobertura jornalística devido a suas opiniões frontalmente contra Belo Monte e a jornada de Conselheiro. Contudo, tendo presenciado a violência com que a república utilizou contra miseráveis que só queriam uma condição de vida mais digna, o escritor paulista não tem dúvidas, até por perceber a dimensão histórica de sua obra, em tecer duras críticas ao massacre promovido pelas Forças Armadas.

Mesmo assim, ele não é demovido de que Conselheiro representava um mal e distorce a história da cidade, diz que ela era malfeita, que as relações sociais por lá não eram pautadas pela civilidade, pois era preciso dizer que a redenção popular é inviável. Uma forma, inclusivamente, de dissuadir a população de produzir soluções próprias, fora das instituições pensadas pela elite.

Por fim, Monteiro Lobato não tinha nenhuma diferença com a elite. Muito pelo contrário, ele próprio faz parte dela. Por isso, seus textos eram muito críticos à cultura popular. Em *Urupês*

(2010), é possível ver a face racista nacional. O escritor de *O Sítio do Pica-pau Amarelo* carrega nas tintas para falar mal do caboclo ou, como fica conhecido a partir de seus escritos, o Jeca Tatu.

Há por metonímia uma crítica a toda miscigenação, mesmo sendo o Brasil, já naquela época, uma país com grande mistura étnica. Para Lobato, o ser humano resultante é inferior e isso, de certa forma, vai ganhando contornos na narrativa principal e criando um sentimento em que o brasileiro se entende pior de fato em relação a outros povos. A ressalva feita pelo autor é que esse espécime nacional era melhor trabalhador do que os imigrantes europeus por ser mais maleável e dócil às ordens.

No fim, a narrativa de o brasileiro ser inferior a outros povo passa, tanto em Freyre (2006), quanto em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1996), e uma série de autores contemporâneos, como próprio Fernando Henrique Cardoso, que se filiam a essa leitura de que esse país possui quase que inscrito no DNA a corrupção. Jessé Souza (2017) demonstra que essa não é uma verdade, mas essa versão sobre o Brasil nunca foi questionada. Inclusivamente, ela gerou o que Nelson Rodrigues veio a chamar de Síndrome de Vira-Lata, na célebre análise em que o dramaturgo faz da derrota do Brasil para Uruguai na final da Copa de 1950, em pleno Maracanã. Segundo o escritor, o jogador nacional não conseguiu se impor ao ver os jogadores brancos dominando a partida, mesmo tecnicamente inferior.

## **A OPÇÃO POR MANGE E O LAÇO COM A CLASSE MÉDIA**

Retomando: a elite sempre mantém para si a narrativa vencedora, sobretudo a paulista que é mais forte entre as demais. Na história pós-Proclamação da República, a vitória do Vargas é grande derrota dessa oligarquia quatrocentona, mas ela não possui planos para não permitir novas reviravoltas contra seu interesse. Antes de entender que planos são esses, é importante observar que Lobato se sobrepõe aos demais politicamente.

A partir do momento em que a industrialização era um ponto importante sobretudo para o escoamento do fruto do extrativismo realizado pelas elites econômicas (aqui, pode-se entender a crescente importância dos trens para o transporte de commodities com destino ao Porto de Santos), essas começam, dado que há possibilidade em aumentar os lucros, diminuir cada vez mais os custos com a mão de obra. Mais que isso: quer que os trabalhadores sejam formados de maneira mais rápida, seguindo os preceitos tayloristas (CUNHA, 2000 e 2005; DELGADO, 2018). Além da agilidade na formação, havia outro motivo pela escolha dessa linha taylorista da administração: a segmentação.

As escolas profissionalizantes no Brasil, desde o final do século XIX, foram se organizando em formas pedagógicas próprias. Havia muitas oficinas-escolas, em que os estudantes faziam de suas jornadas de trabalho o momento para sua aprendizagem. O modelo era criticado pela realização de uma reflexão mais científica dos processos práticos aprendidos. Também havia as escolas-oficinas, que, ao contrário, tinham o enfoque na formação conceitual. Também no reverso, recebiam críticas pela falta de traquejo na resolução de problemas do dia a dia que seus formandos não possuíam (CUNHA, 2000).

Ainda, e tendo em vista a questão pedagógica, havia duas linhas pedagógicas que se estabeleciam em debate no início do século XX: as séries Metódicas de Roberto Mange e o método *slojd* defendido por Aprígio Gonzaga. O primeiro consiste, baseado na ideologia taylorista, na fragmentação do saber e no treinamento passo a passo de técnicas pré-determinadas limitando a possibilidade de desenvolvimento de autorreflexão sobre o fazer profissional e, conseqüentemente, a aquisição de autonomia pelo estudante (CUNHA, 2000).

Mange foi diretor tanto do Instituto Politécnico, como do Liceu de Artes e Ofícios (CUNHA, 2000; MORAES, 1996). Nesse momento, foi possível ver o extremo dessa pedagogia, pois se percebia quem a formação dos mestres de obra era complementar aos dos engenheiros civis. Apesar das aproximações, um não dominava o saber do outro, tamanha a segmentação. Também, de acordo com a perspectiva da sequência metódica (estudo da tarefa, demonstração das operações novas, execução da tarefa pelo educando e avaliação), não era mais simplesmente possível a admissão pela situação social dos estudantes, lembrando o certo caráter assistencialista que a EPT havia recebido. A partir dessa lógica, só é possível aceitar nos bancos escolares os mais aptos e, então, uma série de testes começa a ser feita para a aceitação das matrículas. É importante notar que, sobretudo no caso dos testes psicotécnicos, o que se estava buscando era um perfil certo de estudante, que aceite a disciplina, aceite ordens. Havia a busca por determinado *ethos*.

Já o método *slojd* defendido por Gonzaga, que dirigia uma unidade educacional das escolas profissionalizantes estaduais de São Paulo, consistia em defender uma educação baseada no trabalho manual para o desenvolvimento cognitivo do estudante, bem como valores morais e de amor ao trabalho (CUNHA, 2000). A pedagogia dinamarquesa do século XIX é ainda parte do paradigma educacional de países nórdicos. Uma das vantagens desse procedimento educacional é a não limitação do estudante, sua não especialização. Para o diretor paulista seria uma vergonha que a educação governamental limitasse o formando, indo contra o “determinismo industrial”, o “cativeiro do homem à fábrica”.

De acordo com Gonzaga, a educação profissional deveria fazer com que o estudante compreenda claramente seus direitos, sua ação e posição na sociedade, dialogando diretamente com a burguesia, com os agentes do estado e com a própria escola (CUNHA, 2000). Esse tipo de educação pode ser associado à ideia que mais tarde Habermas (2011) viria a defender para que a universidade obtivesse sua autonomia através da ação política. Em ambos o princípio do diálogo para não limitação da formação científica está posto e, a partir dele, é possível que decisões racionais sejam tomadas a partir dos melhores argumentos apresentados, além de possibilitar a autorreflexão sobre o fazer profissional, técnica e cientificamente (HABERMAS, 2011).

Cunha (2000) e Moraes (1996) ressaltam o trabalhado de inclusão social das escolas profissionalizantes estaduais, uma vez que elas proporcionavam atividades cívicas e alimentavam seus estudantes. Além disso, num sistema de gestão participativo, os educandos participavam de órgãos gestores da unidade escolar.

Quando, no fim da década de 1930, o presidente Vargas decide que os sindicatos patronais precisam participar organizando e financiando a EPT, esses resolveram se eximir de

responsabilidades. Assim, o chefe de Estado ameaça entregar a direção das escolas profissionais para entidades de organização dos trabalhadores. Frente a possibilidade de perder o controle sobre futuros empregados, a elite paulista na figura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) toma frente no debate e cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (CUNHA, 2005).

A linha discursiva de Monteiro Lobato e da elite quatrocentona paulista, vocalizada não só pelo autor, mas por seu órgão de imprensa, O Estado de São Paulo, sai vencedora na ideia do controle ideológico das classes médias. Nesse mesmo período, como defende Jessé Souza (2017), esse controle não será feito apenas pela EPT, mas também via formação de bacharéis com a criação em 1934 da Universidade de São Paulo (USP). Dessa feita, tanto da classe média mais alta como da mais baixa, a camada mais rica da sociedade terá controle, pois elegeu o sistema pedagógico de Mange como o modelo a ser seguido, inclusivamente inculcando a mentalidade meritocrática, uma vez que o ingresso nessas instituições educacionais se dão por exame, que, em última instância, buscam selecionar um *ethos* profissional. É dessa forma que a elite dirigente pensou a qualidade educacional, na formação que embute seu controle social.

A segmentação da classe média acaba tendo duplo resultado: o primeiro é fazer com que essas não se percebam mais participantes da mesma classe social; a segunda é a dificuldade de que elas possam agir em conjunto politicamente seja em inovação tecnológica, dado que cada uma precisa ocupar papéis pré-determinados por suas formações, seja na sociedade na busca em conjunto de reivindicações de pautas que lhe são comum, como saúde, educação, transporte público, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse breve histórico da EPT e com as associações com literatura, buscou-se mostrar como a elite paulista realizou a dominação discursiva sem a possibilidade de dialogar com as demais classes sociais. Ao contrário do que percebeu Deligny (2018), para essa classe dominante todos aqueles que pensam diferente e não estão servindo a todo momento ao propósito de seu ideário do aumento de sua acumulação de riquezas, são vagabundo improdutivos. O autor francês por sua vez percebe exatamente no ócio que faz a reflexão sobre os fazeres e sobre a própria sociedade a potencialidade de que a escola pública tem de ser uma máquina para inovação filosófica e sociológica, criando caminhos outros para além daqueles que parecem ser por vezes impossíveis de se escapar.

Para a elite paulista, essa diversidade de pensamento precisa ser controlada e, não à toa, a opção de modelo educacional se dará por Mange em detrimento de Gonzaga. Se o segundo fosse opção, a EPT poderia se desenvolver em um conceito de qualidade em que houvesse mais autonomia em relação ao capital, sem a necessidade de servir sempre ao propósito de sua reprodução nas condições extrativistas em que a elite, não só paulista, mas a brasileira praticamente sempre se organizou.



Haveria uma outra abordagem se fosse a pedagogia *slojd* e, por consequência, um outro resultado como qualidade escolar: o desenvolvimento da EPT com autonomia e com inovação, dado que seria possível a partir tanto dos interesses de estudantes, trabalhadores e do conjunto da sociedade civil, em vez de privilegiar os da elite. Seria possível levar em consideração os conhecimentos de populações que não formalizaram seus saberes e práticas ancestrais e de origem, abrir caminhos para desestigmatizar o trabalho manual e para acabar com as marcas da escravidão ainda muito profundas dada a desigualdade social no país.

É possível verificar que os trabalhadores ainda buscam obter igualdade de voz no debate sobre rumos da EPT, lutando por poder decidir sobre o financiamento dessa, questionando os valores destinados ao Sistema S, que está sob controle de sindicatos patronais, como fez a Central Única dos trabalhadores (CUT) durante debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação instituída em 1996; ou, pelo flanco do extinto Ministério do Trabalho, a influir seja no Ministério da Educação (MEC) ou do Ministério de Ciência e Tecnologia para que haja a inclusão das reivindicações da classe trabalhadora na produção e na formação tecnológica (CUNHA, 2005, MANFREDI, 2016; MORAES, 1996).

Contudo, o caminho dado pela elite econômica desconsiderou essa qualidade de educação para o controle e seleção de um *ethos* profissional, segmentado, limitado em sua visão de processo e desenvolvimento de tecnologia. Sendo assim, o controle ideológico era o mais importante, despolitizando a EPT, como se essa fosse mera reprodução de técnicas. Nesse sentido, pode-se dizer que esse intento obteve sucesso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, A. **O Cortiço**. São Paulo: Círculo do Livro.

BARRETO, L. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Via Leitura, 2018.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. 2ª ed. São Paulo: Record, 2000.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, mai./jun./jul./ago. 2000.

DELGADO, D. M. A educação profissional e tecnológica e a C&T no Brasil: cultura científica e o tripé ensino, pesquisa e extensão”. In: FREIRE, Emerson; VERONA, Juliana Augusta; BATISTA, Sueli Soares dos Santos (Orgs.). **Educação profissional e tecnológica: extensão e cultura**. Jundiaí-SP: Paco, 2018.

DELIGNY, F. **Os vagabundos eficazes**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**. 48ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2006.

HABERMAS, J. **Teoria e práxis**: estudos de filosofia social. Trad. e apres. Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOBATO, M. **Urupês**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2010.

MAESTRI FILHO, M. J. **O Escravo Gaúcho**: Resistência e Trabalho, São Paulo: Brasiliense, 1984.

MANFREDI, S.M. **Educação profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí-SP: Paco, 2016.

MÉRIAN, J. **Aluíso Azevedo**: vida e obra. Rio de Janeiro: Gramond, 2013.

MORAES, C. S. V. Ensino médio e qualificação profissional: uma perspectiva histórica. In: In: BRUNO, Lúcia (org.) **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo** (leituras selecionadas). São Paulo, Editora Atlas, 1996.

PRADO, P. **Retrato do Brasil**: um ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, J. **A Elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017